

## DOSSIER

# Perspectivas sobre isolamento, contato e resistência dos povos Tupi na Amazônia brasileira - Parte II

Perspectives on isolation, contact and resistance of Tupi peoples in the Brazilian Amazon - Part II

*organizado por/*

Daniel Cangussu

Laura Furquim

Leonardo Viana Braga



Foto: Daniel Cangussu, 2017

Clóvis Guajajara aponta para tirada de mel de povo isolado awá-guajá". Terra Indígena Arariboia.

## Lugares do passado e escolhas do presente: arqueologia com os Zo'é

Places of the past and present choices: archaeology with the Zo'é

Claide de Paula Moraes<sup>1</sup>  
ORCID: 0000-0002-3562-0029

DOI: 10.26512/rbla.v15i1.51957

Recebido em setembro/2023 e aceito em outubro/2023

### Resumo

Alguns dos grandes debates da arqueologia amazônica passam pela densidade populacional no passado pré-colonial; as diferenças entre as ocupações da várzea e da chamada terra firme; e, finalmente, os impactos que as ocupações tiveram para a composição da Amazônia como conhecemos hoje. Este texto parte do pressuposto de que a Amazônia é um legado do manejo milenar das populações nativas. A oportunidade de fazer arqueologia com os Zo'é e na Terra Indígena Zo'é, uma porção de interflúvio da margem norte do rio Amazonas entre os rios Erepecuru e Cuminapanema, uma das cada vez mais escassas porções de floresta preservada da Amazônia, nos permite acrescentar dados para este debate em uma região praticamente desconhecida do ponto de vista da arqueologia. Com um mapeamento inicial de sítios identificados em expedições guiadas pelos Zo'é e uma classificação inicial que também leva em conta as observações dos Zo'é, afirmaremos que esta porção do interflúvio vem sendo intensamente manejada ao longo dos últimos milênios. E o mais importante, os resultados iniciais mostram que a arqueologia com povos indígenas é uma estratégia interessante para o debate e também para dar destaque à importância das populações nativas para manutenção da Amazônia.

Palavras-chave: Zo'é; ocupação indígena; interflúvio; ação ameríndia; continuidade; redes de relações

### Abstract

Amazonian archaeology has long been concerned with debates that involve estimates of population density in the pre-colonial past; differences between floodplain and the so-called *terra firme* (upland) occupations; and, finally, the impacts that indigenous occupations had upon the composition of the Amazon forest. This paper has as a starting premise that the Amazon as we know it today can be understood as the legacy of native populations' ancient management practices. The opportunity to undertake

---

<sup>1</sup> Arqueólogo e professor de arqueologia na Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém- Brasil-Amazônia. E-mail: claide.moraes@ufopa.edu.br

archaeology with the Zo'é people in the Zo'é Indigenous Land – which encompasses an interfluvial area to the north of the Amazon River between the Erepecuru and Cuminapanema Rivers, this being one of the ever scarcer portions of preserved forest in Amazonia –, has allowed us to review these debates using data from a region that is practically unknown in archaeological terms. With an initial mapping of sites identified during expeditions guided by the Zo'é and an initial site classification that also takes into account the observations of the Zo'é, we can affirm that this portion of the interfluve has been intensively managed over the last millennia. Fundamentally, our first results show that archaeology with indigenous peoples presents us with an interesting strategy for approaching these debates, as well as also for highlighting the importance of native populations for the Amazon's conservation.

Keywords: Zo'é; indigenous occupation; interfluve; Amerindian action; continuity; networks of relationships.

## 1. Os *kihahi* professores – primeiros encontros

É necessário iniciar o texto informando que a pretensão do título, arqueologia com os Zo'é, busca enfatizar as condições em que os trabalhos iniciais foram realizados: viagens com os Zo'é. Um contexto em que a arqueologia entrou, como uma proposta a mais, em expedições que tinham outros objetivos de parceria com a Funai e a política de proteção e promoção territorial. Neste sentido, apesar de pretender ser também uma arqueologia para os Zo'é e, quem sabe um dia, uma arqueologia zo'é, isso ainda é um dever de uma relação ainda em fase inicial. Mesmo assim, por acreditar no potencial transformador que uma arqueologia com povos indígenas tem para desafiar as formas como concebemos a história da Amazônia, arrisco trazer um exemplo de pesquisa ainda com poucas condições de informar o que os Zo'é pensam sobre vestígios do passado. Assim, o texto versa mais em apresentar como o meu caminhar com eles permitiu fazer constatações sobre a ingenuidade de algumas de nossas interpretações arqueológicas.

Em 2013, na companhia de meus colegas Raoni Bernardo Maranhão Valle (arqueólogo) e Fabio Augusto Nogueira Ribeiro (Antropólogo e na época coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema – FPE-CPM/FUNAI) aterrissei na Terra Indígena Zo'é<sup>2</sup>. Ainda na pista de pouso fomos recebidos por diversas pessoas Zo'é que aguardavam ansiosamente a chegada de Ribeiro e dos dois novos *kihahi* – categoria utilizada pelos Zo'é para caracterizar os não indígenas – que eles ainda não conheciam.

---

2 As Frentes de Proteção são unidades descentralizadas da Funai voltadas a atuação de base com povos isolados e de recente contato. Desde aquele momento, foram mudados tanto o nome da Funai, antes chamada Fundação Nacional do Índio e agora Fundação Nacional dos Povos Indígenas, quanto a sigla da Frente de Proteção, naquela época FPEC/FUNAI.

Eu e meu colega arqueólogo chegávamos à Terra Indígena com a intenção de, com a perspectiva da arqueologia, contribuir com os Zo'ê e a FUNAI numa proposta de participar do que vinha sendo chamado de Programa Zo'ê, que tinha entre os seus objetivos construir uma política pública indigenista de longo prazo voltada para a proteção territorial e para a promoção sociocultural do povo Zo'ê.

A proposta foi direcionar a pesquisa no sentido da construção de uma história indígena de longa duração no interflúvio Erepecuru-Cuminapanema, o que incluiria uma compreensão dos antigos padrões de assentamento zo'ê, das mudanças tecnológicas, das redes de relações com outros povos e de toda a materialidade envolvida nestes diferentes processos. A ideia era que tudo ocorresse em parceria com os pesquisadores de outras disciplinas e principalmente guiados pela tradição oral e a compreensão do modo como os Zo'ê interpretam os registros arqueológicos encontrados.

Mas, antes de tudo isso era preciso que os Zo'ê compreendessem que tipo de *kirahi* nós representávamos, o que fazíamos e quais eram nossas intenções nessa visita à Terra Indígena. Como mencionamos anteriormente, *kirahi* é a categoria zo'ê para se referir as pessoas não indígenas de forma geral, mas, cada vez mais, vem ampliando as subdivisões à medida que os Zo'ê estabelecem relações dentro e fora da terra indígena. *Kirahi* funai, *kirahi* garimpeiro, *kirahi* missionário, *kirahi* piloto, *kirahi* byk (quilombolas) são algumas das gentes não zo'ê que eles já conhecem algo da índole, intenções e afazeres. Estas categorias são importantes para a desconstrução da perspectiva de isolamento que pretendo discutir ao longo do texto. Nas dinâmicas zo'ê este processo de caracterização é feito durante longas conversas que, na ocasião, tinha também muitas outras prioridades para discussão com a FUNAI.

Uma das principais limitações que tenho é o fato de não ser fluente na língua Zo'ê e de que a maioria das pessoas com as quais tive contato também não são falantes de português. Minha iteração dependeu da tradução feita por Ribeiro, Kuru e Kita que compreendem e falam português razoavelmente, e da boa vontade dos Zo'ê que, mesmo com as poucas palavras que aprendi, se esforçaram pacientemente para se comunicar e ensinar.

Além de coordenador da Frente e nosso tradutor nas conversas com os Zo'ê, Ribeiro estava propondo uma pesquisa etnográfica de doutorado, a ser orientada por Dominique Tilkin Gallois na Universidade de São Paulo (cf. Ribeiro 2020), de maneira que todos os nossos trabalhos foram

desenvolvidos em estreito diálogo com a antropologia já desenvolvida em parceria com os Zo'é. Foi neste contexto que fomos apresentados aos Zo'é.

Gallois, antropóloga que trabalha com os Zo'é e participou do processo de demarcação da Terra Indígena no início da atuação da FUNAI junto ao grupo, era conhecida por eles como “professora”. De maneira que, era baseado nas relações com ela e na atuação ao longo destes tempos que os Zo'é entendiam essa categoria. Fomos então apresentados aos Zo'é como “*kirahi* professores”, mas restava ainda explicar que, apesar de representantes da mesma categoria de não indígenas que Gallois, e de trazeremos os mesmos cadernos de anotações e gravadores, nós *kirahi* professores arqueólogos tínhamos particularidades de interesses que eles ainda não conheciam.

Com a ajuda de Ribeiro, nas nossas primeiras reuniões e ao longo dos dias que permanecemos na base da FUNAI antes da expedição com os Zo'é, apresentamos algumas imagens de nossos trabalhos e dos tipos de materiais com os quais lidamos na tentativa de falar de história dos tempos passados através dos materiais e vestígios que foram deixados nos lugares.

As primeiras aproximações foram bastante produtivas e os Zo'é também se valeram da materialidade para nos apresentar que eles estavam entendendo o que pretendíamos e que eles eram amplos conhecedores das evidências do passado. No âmbito de nossas reuniões, um senhor de meia idade chamado Sijũ trouxe uma panela de cerâmica que certa vez ele tinha encontrado enterrada. Os Zo'é, se valendo de comparação com suas próprias cerâmicas, sabiam que não tinha sido produzida por eles ou por seus ancestrais mais antigos, mas sim por outros grupos que num passado – que pode ser ou não um passado muito recente e contemporâneo à presença zo'é na região – frequentavam a área da Terra Indígena.

Ribeiro e os Zo'é então nos fizeram saber que, na trajetória histórica alcançada pelas narrativas, o suposto período em que os Zo'é viviam em isolamento, era na realidade um período de intensas relações com diversos outros indivíduos, tanto não indígenas como *kirahi*, *kirahi byk*, e outros indígenas classificados como *apam* e *tapy 'yj* e que a Terra Indígena era repleta de materialidades que poderiam evidenciar esses encontros. Atualmente, esta é a principal perspectiva classificatória zo'é que consigo apresentar para os sítios arqueológicos, o que eles separam como vestígios de sua própria atuação no território e o que associam com atividades de outras categorias de indivíduos. Conforme apontado por Braga (2021) e Franco-Moraes et al. (2023) o processo de construir e deixar para trás uma aldeia é entendido de

maneira muito mais complexa que a separação que a arqueologia faz entre vestígios de ações humanas e de ações de outros indivíduos da natureza. O que classificamos como capoeira, aldeia abandonada ou sítio arqueológico é visto pelos Zo'é como início ou retomada de construção de território (*tekoha*) de outros indivíduos/seres, tais como canas de flecha, macaco-prego, castanheiras, entre muitos outros que ativamente coabitam e constroem o que chamamos de sítio e vestígio arqueológico. As relações sociais, agência, humor (satisfação ou insatisfação) dos diferentes coabitantes são determinantes nos ciclos de controle dos *tekoha*. Além disso, os diferentes ciclos de transformação florestal, mais que indicativos da rotatividade dos assentamentos, são partes fundamentais do assentamento, tanto para fonte de exploração de recursos que só estão disponíveis durante estes estágios, quanto para a manutenção das boas relações sociais com uma gama variada de outros habitantes.

Soma-se a isso, o fato de que muitos dos assentamentos antigos possuem equivalentes ativamente habitados em outros planos de mundo. Iwiara, por exemplo, uma grande aldeia do passado e atualmente uma capoeira já madura, mais que um local abandonado, marca também a localização de Iwiara do mundo dos mortos (Ribeiro 2020) onde vivem pessoas do passado, mas cujas ações, decisões e inovações são importantes para o que acontece no mundo dos vivos. Habilidades especiais de alguns Zo'é do mundo dos vivos permitem a comunicação com os habitantes das aldeias dos mortos através de sonhos. Passado e presente então se entrelaçam de maneira muito mais complexa que as nossas cronologias lineares.

Mesmo diante das limitações de comunicação, me dei conta que uma arqueologia com os Zo'é tinha a potencialidade de reavivar algumas das histórias de contatos e relações, e que, no devir das necessidades de fortalecimento de proteção, prevenção de ameaças à soberania territorial e para a promoção sociocultural do povo Zo'é, o mapeamento e a identificação de diferentes camadas de histórias, o que Zedeño e Bowser (2009) chamam de *meaningful places*, poderia ter relevância também para os Zo'é.

Além disso, de um ponto de vista das questões que movem o debate da arqueologia amazônica, eu estava diante da oportunidade de levantar dados de uma porção da zona de interflúvio na margem norte do rio Amazonas praticamente desconhecida do ponto de vista arqueológico. Era então uma oportunidade de pensar no papel da ação ameríndia, ou da ausência deste, na transformação e composição do que conhecemos como floresta amazônica nos dias de hoje.

Desde o primeiro encontro até os dias atuais participei de duas expedições na Terra Indígena (2013 e 2015) e, garantindo também o que os Zo'é consideram uma boa relação com visitas de volta, tive oportunidades de receber algumas pessoas Zo'é na cidade, tanto na universidade e no laboratório de arqueologia Curt Nimuendajú da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA (figura 01), quanto em minha casa. A seguir apresento alguns dados iniciais e algumas questões que puderam ser levantadas nestes primeiros encontros.

Figura 01



Da esquerda para a direita, Fabio Ribeiro, Tokê, Tereren e Anne Rapp Py-Daniel em visita ao Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém-PA. Foto – acervo do Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú.

## 2. Os Zo'é em um interflúvio da margem norte do rio Amazonas

Os Zo'é são um povo indígena falante de uma língua tupi-guarani e juntamente com os Wajãpi e Teko (Emerillon) são atualmente os únicos Tupi na margem norte do rio Amazonas a ocupar a região conhecida como escudo das Guianas. Além dos Tupi, essa região é intensamente ocupada por outros povos indígenas majoritariamente falantes de línguas caribe e em menor proporção também falantes de língua aruaque (Gallois e Havt, 1998; Ribeiro, 2020). A população zo'é é atualmente 330 indivíduos que,

em um modo de vida com bastante mobilidade, ocupam cerca de 50 aldeias na Terra Indígena Zo'é, uma área de 668.556 hectares, homologada em 2009 (Iepé e FPEC, 2019; Braga, comunicação pessoal, 2023). Tendo a demarcação da TI Zo'é ocorrido nos anos 1990, isso demonstra o quão recente é a relação do Estado brasileiro com este povo indígena. Um dos motivos pelos quais os Zo'é são considerados pela política indigenista como um povo de recente contato e frequentemente são veiculadas informações sobre os Zo'é como “povo isolado”, como se fossem representantes de culturas intocadas e cristalizadas no tempo e no espaço (cf. Gallois 2013). Ao contrário disso, o que o conhecimento zo'é e a literatura etnográfica a respeito deles demonstra é um intenso processo de interações em redes de relações (Gallois e Grupioni 1989, 1999; Gallois e Havt 1998; Havt 2001; Braga 2017; Ribeiro 2020).

Apesar de ainda não existir parâmetros cronológicos para estabelecer o tempo de sua presença nessa área de interflúvio, as hipóteses existentes sugerem que os Zo'é migraram para região em períodos posteriores à chegada dos europeus. De um ponto de vista dos não indígenas, o histórico da origem dos Zo'é e o tempo da presença em seu atual território ainda são contados com muitas lacunas. No entanto, Gallois (Gallois e Havt 1998) e mais recentemente seus alunos (Havt 2001; Braga 2017; Ribeiro 2020) num esforço de associar informações históricas à história contada pelos próprios Zo'é, oferecem alternativas para combater a ideia de que eles são representantes de indígenas que permaneceram isolados desde períodos pré-coloniais. Estes avanços vêm proporcionando a possibilidade de levantar hipóteses de seus últimos deslocamentos, desde períodos anteriores à chegada no território em que atualmente ocupam. Uma destas hipóteses sugere que os atuais Zo'é, podem ser descendentes de povos que, antes de se dividir e ocupar os territórios de hoje, fugiram de aldeamentos em missões no baixo Amazonas, em algum momento entre os séculos XVII e XVIII.

A narrativa dos Zo'é nos mostra que talvez eles não tenham a necessidade de uma explicação não indígena que possa vir a ser ofertada com as ferramentas da arqueologia nem interesse em datar eventos através de vestígios que estabelecem o tempo de sua presença no local. No entanto, defenderemos adiante que estas informações podem ser importantes para um cenário futuro em que os Zo'é talvez tenham que discutir com não indígenas a importância de suas ações e seus legados, tanto para a manutenção de sua própria condição de existência, quanto para modelos de usos mais racionais



de porções de floresta tropical, inclusive fora de Terra Indígenas e unidades de conservação.

### 3. Algumas das questões e pressupostos da arqueologia amazônica

Como em muitas outras partes do mundo, no início, a arqueologia da Amazônia, assim como os desdobramentos dos relatos de seus achados e as hipóteses interpretativas foram formuladas por amadores ou profissionais de outras áreas. Viajantes, cronistas, militares, religiosos e os chamados naturalistas (principalmente botânicos, zoólogos e geólogos), foram muitas vezes os primeiros a formar coleções e publicar sugestões interpretativas de antiguidade, origem e vinculação cultural de alguns destes achados. O século XIX é um dos períodos de maior efervescência destas informações. Como eram pessoas com pouco ou nenhum treinamento para lidar com o estudo de vestígios da presença indígena, o que ganhou destaque foram principalmente vestígios mais fáceis de reconhecer como provenientes da ação indígena. A ausência de uma monumentalidade aparente ou comparável com a de regiões já conhecidas como no México, América Central ou os Andes, fez com que a cerâmica assumisse o papel de principal vestígio da presença indígena na região. Uma ideia recorrente desde as primeiras expedições de europeus pela região, os tesouros escondidos, também movimentou muita gente em busca de civilizações perdidas Amazônia adentro. Um misto destas questões fez com que, muitas vezes, as belas e elaboradas cerâmicas encontradas em regiões como a ilha de Marajó, as cercanias da foz do rio Tapajós ou das proximidades da foz do rio Negro fossem interpretadas como evidências destas civilizações perdidas. O Coronel Bernardo Ramos, por exemplo, na obra de síntese de suas pesquisas com arte rupestre e cerâmicas, publicada em 1930 (Ramos 1930), sugere a constatação da presença de gregos, fenícios, egípcios, assírios, chineses, entre outros como responsáveis por tais evidências.

Ladislau Netto, que ocupou o cargo de diretor do Museu Nacional entre 1874 e 1893, descrevendo uma das peças provenientes da ilha de Marajó que fazia parte da coleção do Museu, diz o seguinte:

Esta curiosa antigualha, que foi achada n'uma ibicuára perto do lago Arary, na ilha de Marajó, é feita de argilla mui fina e recommenda-se particularmente pela delicada pintura que a adorna, a qual consta de linhas pretas, rectas, quebradas e paralelas ou unindo-se em angulo recto sobre fundo branco. Nenhuma tribu das que ha tres séculos são conhecidas no Brazil seria capaz de fabricar objectos tão perfeitos

como este curioso adorno ou alavio de recato ou talvez de superstição. O indivíduo que o fabricou era mais do que um inteligente filho de nossas florestas — era quasi um artista da civilização moderna; era um espirito em que se conservavão idéas não pouco desenvolvidas e quiçá um sentimento notável da arte asiática (Netto 1870:251-52).

Mesmo as ceramistas Karajá, Asurini, Shipibo-Konibo, entre várias outras continuando a fazer cerâmicas finamente decoradas até os dias atuais, ideias românticas de uma pré-história perdida e afastada de qualquer possibilidade de continuidade prevaleceram como explicações. Junto com a formação de coleções e museus que retratavam o passado da Amazônia se cristaliza então a ideia de povos estrangeiros perdidos. Carl Friedrich von Martius (1982 [1832]) afirma: “E não há duvida: o americano está prestes a desaparecer.” Com isso, oferece uma tese acolhida com bastante facilidade pelos ideais colonialistas e racistas que permeavam a academia, sugerindo que o que acometia os nativos não era primitivismo e sim degeneração, ou seja, povos outrora sofisticados se encontravam em uma espécie de processo involutivo e condenados à autodestruição. Essa involução era o resultado de uma passividade diante de uma natureza hostil, ou seja, uma causa ambiental.

Conforme apontou Francisco Noeli e Lúcio Ferreira (2007), os pressupostos que guiaram a arqueologia dita profissional no Brasil e na Amazônia durante a maior parte do século XX, nascem numa espécie de reafirmação, ou nas palavras deles uma “persistência do degeneracionismo indígena”. No cerne da antropologia norte americana do pós-guerra, ao mesmo tempo em que Estados Unidos e União Soviética desafiavam os limites da capacidade humana diante da natureza, numa corrida espacial que culminaria com o pouso tripulado na Lua, a retomada do evolucionismo cultural da antropologia norte americana buscava demonstrar que esta humanidade plena e superior estava condicionada à algumas condições ambientais presentes apenas em algumas porções do planeta. Na hierarquia de culturas organizada por Julian Steward (1948) a faixa tropical das Américas ocuparia então um dos menores estágios de desenvolvimento.

Nos anos 1940, quando Clifford Evans e Betty Meggers (Meggers 1948; Evans e Meggers 1950) iniciam seus trabalhos nas terras baixas e posteriormente o treinamento de arqueólogos locais (Evans 1967) (a dita profissionalização da arqueologia), o que mais uma vez vai guiar as perguntas e o trabalho de campo são as cerâmicas sofisticadas e suas origens. As respostas já estavam de certa maneira dadas, sendo o lugar hostil de

degeneracionismo, a Amazônia não era o palco de desenvolvimentos destas culturas. Partindo do determinismo ambiental e do difusionismo cultural, Meggers e Evans vão em busca de organizar os vestígios cerâmicos cronológica e culturalmente concluindo que as cerâmicas mais sofisticadas eram vestígios de tentativas de penetrações tardias de povos vindos dos Andes ou Mesoamérica, que viram inicialmente nas várzeas do rio Amazonas a possibilidade de manter o padrão de cultura que eles traziam consigo, mas, diante da instabilidade e imprevisibilidade do ambiente, rapidamente decaíram culturalmente (Meggers e Evans 1961; Evans e Meggers 1968; Meggers 1971).

Na escala de hostilidade então surge a proposta de que as várzeas amazônicas pudessem sustentar, por um curto período, sociedades externas que rapidamente decairiam; o “padrão original” de ocupação indígena da Amazônia seria representado por ocupações esparsas e com alta mobilidade, semelhante aos dos povos indígenas que naquela mesma época ocupavam as partes mais distantes do rio Amazonas, a chamada terra firme. Essa síntese interpretativa foi logo criticada e questionada por Donald Lathrap e seus alunos (Lathrap 1970; Brochado 1984) que sugeriram que a Amazônia teria abrigado um centro antigo de inovações tecnológicas na América do Sul e que a malha hidrográfica da bacia Amazônica teria facilitado uma rápida dispersão destas inovações, inclusive para regiões mais distantes. Mas, mesmo o debate já tendo iniciado fora do Brasil, no país, a hegemonia de pesquisa que Meggers e Evans conseguiram com a equipe que treinaram e um significativo fechamento para os debates científicos em função da implantação de uma ditadura militar, fizeram com que grande parte deste debate só começasse a tomar forma no Brasil a partir dos anos 1980.

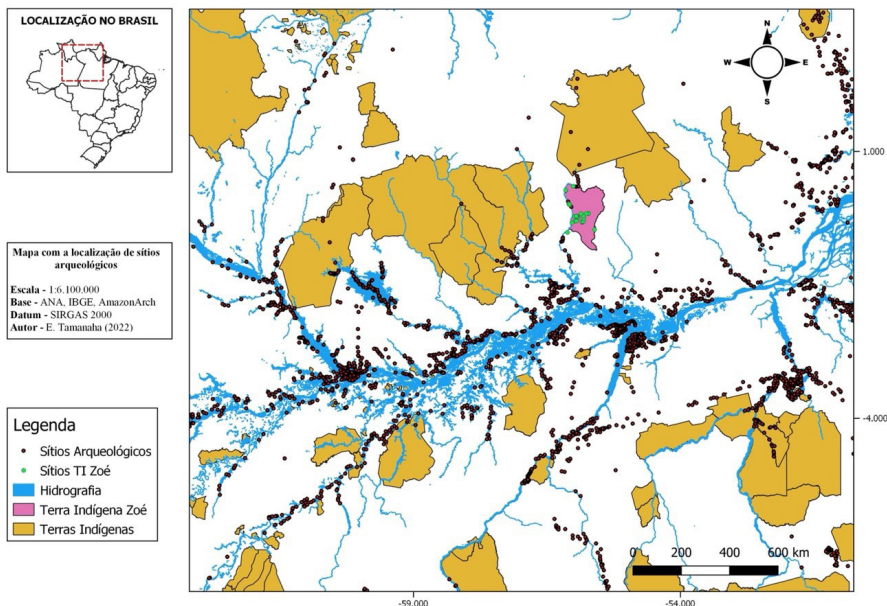
Nos anos 1990, Anna Roosevelt (1991), trabalhando com os mesmos contextos que Evans e Meggers em Marajó, sugere que a sequência de ocupações encontradas na ilha demonstrava um desenvolvimento local para a sociedade Marajoara. Além disso, trabalhando nas regiões de Santarém (Roosevelt et al. 1991; Roosevelt 1992) e Monte Alegre, no Pará (Roosevelt et al. 1996), Roosevelt apresenta contextos de ocupações antigas tanto no Sambaqui de Taperinha, quanto na Caverna da Pedra Pintada, sugerindo que a origem do desenvolvimento das sociedades denominadas por ela de Cacicados Amazônicos remontaria a mais de 12 mil anos.

É também deste período a criação de um projeto de pesquisa idealizado por Eduardo Neves, James Petersen e Michael Heckenberguer (Projeto

Amazônia Central) (Neves 2022) que buscou verificar se nas proximidades de Manaus seria possível encontrar evidências do centro de inovações antigas proposto por Lathrap (1970).

Na virada do século XX a arqueologia da Amazônia era então desenvolvida por um número muito mais significativo de pesquisadores e o acúmulo de questões e informações já permitia traçar um panorama bem mais diverso da história da trajetória indígena na região. Entretanto, a maior parte destes trabalhos foi desenvolvida em sítios próximos da calha principal do rio Amazonas, trazendo muitos elementos para falar de uma origem local de vários dos grandes assentamentos pré-coloniais desta região, mas bem menos possibilidades de pensar as diferenças ou as interconexões destas áreas com o interflúvio e as áreas mais distantes dos afluentes do Amazonas. No balanço das pesquisas já desenvolvidas na região, mais de 10 mil sítios já são conhecidos na Amazônia. No entanto, a grande maioria identificada em áreas próximas dos grandes rios (figura 02).

Figura 02



Recorte com os sítios arqueológicos conhecidos na Amazônia (AmazonArch, 2022) nas proximidades da Terra Indígena Zo'é, com inserção dos novos sítios identificados na Terra Indígena Zo'é, demonstrando o viés de sítios em áreas ribeirinhas e as áreas vazias do interflúvio, vazio de informações que muitas vezes são interpretados como vazios de ocupação. Mapa elaborado por Eduardo Kazuo Tamanaha, 2022.

De fato, grande parte das pesquisas na Amazônia são desenvolvidas em áreas próximas dos grandes rios, pois estes continuam sendo as principais vias de acesso da região. Este viés e os pressupostos de ambientes mais ou menos propícios para assentamentos indígenas criaram espaço para interpretações que sugerem que, sendo um ambiente de escassez e instabilidade, a Amazônia se manteve como floresta tropical preservada justamente por conta de uma ocupação recente e esparsa que pouco teria ido além das várzeas, e quando foi, teve que se adaptar para um modelo ainda mais esparsa e itinerante.

Só mais recentemente é que um maior destaque para a integração de dados de botânica, ecologia, genética, paleobotânica e arqueologia vem ampliando as nossas possibilidades de pensar na circulação de pessoas, plantas e coisas e o papel disso para a composição da Amazônia como conhecemos hoje. Neves (2022), por exemplo, vem defendendo que uma das principais diferenças dos modelos de ocupação da Amazônia, em comparação com outras áreas, é que estes tiveram que lidar com a abundância e não a escassez como era defendido nos trabalhos anteriores.

Ainda assim, a falta de dados de diversas partes da Amazônia, a diversidade na formação dos pesquisadores que se dedicam a esse debate e alguns equívocos interpretativos, colocam possibilidades muito antagônicas para explicar as ocupações indígenas, sua relação com a transformação da paisagem e a relação entre várzea e terra firme.

Mesmo com um número significativo de dados acumulados sobre o papel das ocupações indígenas no processo de formação de grandes áreas de terra preta na Amazônia (Woods e Glaser 2004; Glaser e Birk 2012; Schmidt et al. 2014), recentemente Silva e colaboradores (Silva et al. 2021) sugeriram ter encontrado evidências de uma origem natural para a formação das terras pretas, trazendo de volta hipóteses invalidadas há mais de um século.

O rápido avanço das possibilidades de processamento computacional e de geoprocessamento trouxeram para o campo das discussões da arqueologia amazônica muitos modelos preditivos ou interpretativos para propor sínteses da história da ocupação indígena. Bancos de dados de compilação de datações radiocarbônicas são utilizados para propor ocupação, colonização, fluxos de deslocamento e abandonos de áreas (Riris e Arroyo-Kalin 2019; Souza et al. 2019). Distribuição de sítios e vestígios são utilizados para pensar no impacto da ocupação indígena e transformação do ambiente (Levis et al. 2018). Mas, muitas vezes essas análises desconsideram o viés amostral das informações e comprometem as possibilidades interpretativas.

Um caso recente e com o qual contrapusemos os dados da arqueologia com os Zo'é (Ribeiro et al. 2023) vem sendo apresentado nas publicações de Cristal McMichael, Dolores Piperno e vários outros colaboradores que, numa série de publicações, utilizando principalmente modelos preditivos baseados em dados estatísticos e modelagem de dados de parcelas botânicas, amostras de solos, microvestígios botânicos e presença de sítios arqueológicos, vêm questionando o papel das atividades indígenas para composição atual da Amazônia (Piperno et al. 2021; McMichael et al. 2017; McMichael et al. 2017b; Piperno et al. 2017; Piperno et al. 2015; Buch et al. 2015; McMichael et al. 2014; McMichael et al. 2012). Vários destes trabalhos têm procurado como evidência de ação indígena, a deflorestação através de derrubadas e queimadas para produção de campo de cultivo, associados com as principais plantas domesticadas conhecidas para a região, entre elas o milho, que tem microvestígios facilmente reconhecíveis nos contextos em que foram cultivados e processados. Isso se tornou um modelo de expansão agrícola, que serviria como motor de crescimento populacional e expansão territorial que alguns arqueólogos como Roosevelt (1991) e Lathrap (1970) defenderam, e para o qual Betty Meggers (1971) apresentou várias restrições de possibilidades para as chamadas áreas de terra firme. Chamamos este modelo de Determinismo Agrícola (Moraes 2015), apresentando uma crítica, amparada por dados arqueológicos, do que vem sendo buscado como evidência de ação indígena. A falta de informações sobre sítios arqueológicos nas áreas de terra firme, a ausência de carvões correlatos destas áreas de cultivo e a ausência dos vestígios dos cultivares domesticados vêm sendo então interpretados como ausência da presença indígena. As principais conclusões são de que, fora das áreas próximas dos principais rios de várzea da Amazônia, a quase ausência de atividades indígenas teria alterado pouco ou nada do ambiente e das feições florestais. Portanto, o modelo da escassez e das significativas diferenças entre as ocupações de várzea e de terra firme defendido por Meggers (1971) não poderia ser descartado.

Entretanto, dados arqueológicos e arqueobotânicos de plantas não domesticadas vêm demonstrando que, nas estratégias de ocupação da Amazônia, mesmo próximo dos grandes rios, a viabilidade de deflorestação de grandes áreas não parece compatível com um modelo que privilegiou diversidade de recursos, muitos destes provenientes de plantas perenes como árvores e palmeiras, para as quais o manejo não exigiria deflorestação e grandes queimadas (Franco-Moraes et al. 2023; Shock e Watling 2022;

Furquim et al. 2021; Watling et al. 2020; Shock e Moraes 2019; Watling et al. 2018; Watling et al., 2017).

#### 4. A arqueologia da região

Dados importantes da arqueologia amazônica foram produzidos com vestígios provenientes do baixo curso do rio Amazonas na margem norte. Entretanto, muitos destes dados se concentram em áreas próximas do rio Amazonas e muito menos se sabe do médio e alto curso de seus afluentes. O próprio sítio da Caverna da Pedra Pintada, entre os sítios conhecidos, e uma das evidências mais antigas da presença indígena na Amazônia, com datas que ultrapassam os 12 mil anos, dista cerca de 250km da TI Zo'ê.

As cerâmicas da tradição Pocó, distribuídas em uma ampla região que vai desde o baixo Amazonas, passando pelo médio Madeira, rio Negro e rio Solimões até, pelo menos, as imediações de Tefé, são associadas a um estilo cerâmico que provavelmente marca um dos movimentos mais antigos de propagação da vida em aldeias na Amazônia, com sítios e datas anteriores a 3 mil anos na região do baixo rio Trombetas. Alguns autores sugerem que a tradição Pocó também marcaria um movimento de uma expansão Aruaque pela Amazônia, que mais ao norte seria representada pelas ocupações com cerâmicas chamadas Barrancoide e Saladoide. Muitos destes sítios são correlatos sugestivos de assentamentos em aldeias circulares (Chirinos 2021; Neves et al. 2014; Guapindaia e Fonseca Jr. 2013).

As ocupações do período pré-colonial mais recente, principalmente próximas ao rio Amazonas, são representadas por sítios com amplas áreas de terras pretas e a presença principalmente de um conjunto cerâmico classificado como Konduri. Muitos destes sítios são também reocupações de lugares que, nas camadas mais antigas, são sítios Pocó. Quando os primeiros europeus passam pelo baixo Amazonas são provavelmente alguns destes coletivos de pessoas que estão ocupando as suas margens. As datas recentes, e as informações históricas e etnográficas sugerem que estes são os ancestrais dos grupos Caribe que majoritariamente ocupam a margem norte do rio Amazonas na atualidade (Guapindaia 2008; Jácome 2017).

Numa síntese mais recente (Barreto et al. 2020), vários autores se reuniram num esforço de demonstrar numa única publicação os resultados de seus trabalhos individuais que evidenciam que no período pré-colonial

tardio e no período pós-contato, um outro movimento de pessoas, ideias e coisas, deixou vestígios em uma ampla região que vai das pequenas Antilhas até o baixo curso do rio Xingu. A arqueologia utiliza principalmente um conjunto cerâmico para caracterizar esse movimento de expansão, denominado Koriabo. Voltaremos nesse ponto na discussão dos vestígios da TI Zo'ê.

Além das evidências de ocupações em abrigos naturais e das evidências de antigas aldeias, a região tem também uma expressiva ocorrência de sítios com arte rupestre. As áreas melhor conhecidas estão também nas proximidades do rio Amazonas, principalmente nos municípios de Prainha, Monte Alegre e Alenquer (Pereira 2004).

Na Terra Indígena Zo'ê, depois do processo de demarcação, nosso trabalho é a primeira iniciativa de mapeamento de sítios arqueológicos. Entretanto, durante o próprio processo de demarcação, no limite norte da TI, foi relatada a presença de gravuras rupestres no rio Urucuriana (Gallois e Havt 1998). Antes disso, nos relatos de expedições que subiram o rio Erepecuru, são mencionados também alguns locais com presença de gravuras rupestres. Estas informações estão reunidas na obra de Edithe Pereira (2004) que apresenta um balanço dos dados sobre a arte rupestre amazônica. Relatos de viagens como as do Padre Nicolino Souza, Olga Coudreau, Marechal Cândido Rondon, Gastão Cruls, Manfred Rauschert e Protásio Friel apontam para a presença de pelo menos 28 sítios rupestres no rio Erepecuru e seus formadores. Ainda que seja difícil identificar com precisão a localidade destes sítios, é provável que pelo menos 12 estão na parte do Erepecuru que delimita a TI Zo'ê. Num destes locais com presença de gravuras, a Cachoeira Cajuacu, Friel, além de fotografar as gravuras, registrou também a presença de terra preta. Vistoriando a superfície da terra preta ele reuniu uma coleção de fragmentos de cerâmicas e artefatos líticos que posteriormente foi analisada por Peter Hilbert (1982). Na análise, publicada por Hilbert, o material foi associado à cerâmica Koriabo. Na expedição que fizemos com os Zo'ê em 2015 conseguimos reidentificar o sítio e documentar, tanto a presença das cerâmicas, quanto as gravuras e a terra preta. Adiante retomaremos essa informação.



## 5. Alguns resultados das expedições com os Zo'é

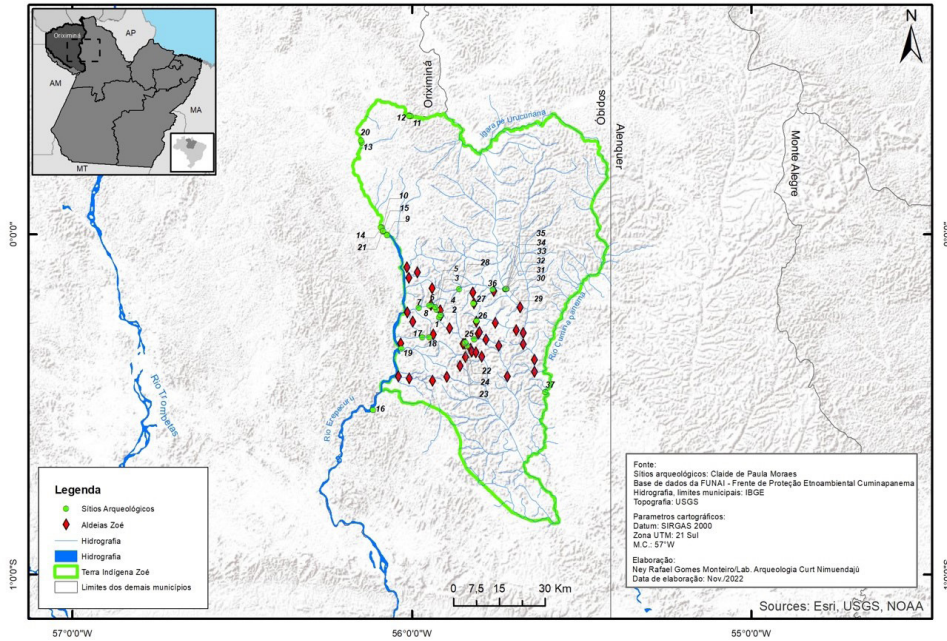
Nos últimos anos Ribeiro conciliou sua atuação como coordenador da FPE-CPM e a coleta de informações para pesquisa etnográfica de sua tese de doutorado (Ribeiro 2020). Conforme descrito em seu trabalho, o autor adotou a perspectiva de seguir relatos e evidências de encontros, além da trajetória de grandes chefes zo'é e de outros grupos com os quais eles mantiveram relações. Em 2013 e 2015 integramos expedições que tinham o objetivo de monitorar algumas das porções da Terra Indígena, visitar antigos locais que fizeram parte da trajetória destas pessoas importantes e que foram também palco de alguns dos encontros acontecidos e rememorados (uma descrição e discussão mais detalha pode ser encontrada tanto em Ribeiro (2020), quanto em Ribeiro, Moraes e Valle (2023). Acrescentávamos então às expedições a proposta de colocar em evidência o que seria a materialidade presente nestes locais. Além de mapear as evidências materiais, nosso objetivo também era ampliar a perspectiva da noção de sítios arqueológico para caminhos, marcos paisagísticos e lugares significativos. Com isso, mapeamos também caminhos e atividades ao longo desses trajetos de dezenas de quilômetros, como: Iwiara, a antiga aldeia zo'é mencionada anteriormente, palco de acontecimentos importantes que marcam a história zo'é, e a Cachoeira da Paciência, um desses marcos significativos da paisagem, limite da porção noroeste da TI, mencionado nos relatos históricos sobre o Erepecuru e local importante no trajeto de alguns encontros zo'é (Ribeiro 2020), foram respectivamente o destino de nossas expedições de 2013 e 2015.

Ambas as expedições seguiram caminhos atuais dos Zo'é, ou caminhos já não mais frequentados, porém ainda lembrados com uma precisão impressionante pelos anciões que os conheceram em funcionamento. No trajeto circulamos por caminhos entre aldeias atuais, caminhos de área de caça e acampamentos de pesca. Ao longo de todos estes trajetos, marcos paisagísticos como afloramentos, igarapés, cachoeiras, corredeiras, feições paisagísticas distintas, como campos ou concentrações botânicas específicas, são todos conhecidos e referenciados com muita precisão. Desvios dos trajetos primários eram todos feitos com muita objetividade e precisão para coletar frutas, castanhas ou matérias primas, o que era previamente sabido tanto pelo conhecimento de local das plantas, quanto pela disponibilidade naquela estação em que estávamos viajando. A certeza

de boa caça também estava muitas vezes planejada por saber que aquelas mesmas plantas também atrairiam determinados animais. Caminhos de caça e árvores, principalmente castanheiras, assim como aldeias, possuem donos. Notamos e registramos que na maior parte das ocasiões o que era coletado em um local era pelo menos parcialmente consumido em outro ponto de parada, atividade que interfere diretamente na dispersão de sementes e na propagação de novas áreas com concentração de espécies úteis. Como mencionamos antes, estas constatações desafiam significativamente nossas noções de sítios arqueológicos, demonstrando que entre locais de concentrações de atividades que deixam vestígios materiais mais facilmente reconhecíveis, existe um gradiente de ações que com o passar do tempo podem se tornar difíceis de diferenciar de ações indígenas ou naturais, mas não necessariamente significam menos intervenções realizadas. O conjunto destas ações se assemelha muito ao que Charles Clement e colaboradores (Clement e Cassino 2020; Clement et al. 2015) vêm definindo como domesticação de paisagem.

Além de dar destaque para esta ativa ação de manejo, apropriação e intervenção na paisagem, mapeamos também muitos locais com expressivas e duradouras marcas da ação indígena no território, pontos estes que, da maneira mais convencional, chamaremos de sítios arqueológicos (figura 03). Pudemos registrar uma grande diversidade de marcas e artefatos, que além de representar uma janela de ampla profundidade temporal, significa também uma gama variada de áreas de atividades. Até o momento registramos 39 pontos com vestígios de natureza inquestionavelmente antrópica (tabela 01). Vale destacar que, entre estes estamos incluindo alguns que, de um ponto de vista zo'é, estão relacionados com atividades de “outras gentes”, como por exemplo, sítios com oficinas de polimento e grafismos rupestres que os Zo'é consideram como sendo marcas das ações de *Bahit* ou *Bahira*, que segundo relatou um importante sábio zo'é atual, chamado Kwa'ĩ durante nossa expedição, e conforme apresentado em Ribeiro (2020:133), “são pequenos seres com forma humana (*awa kō rapijet*; “igual gente”), do tamanho de crianças, que vivem no fundo das águas. No tempo da seca os *Bahit* moram nos poções dos rios e igarapés, e no tempo da cheia eles vêm fazer as marcas nas pedras.”

Figura 3



Mapa da Terra Indígena Zo'é com os sítios arqueológicos identificados e as aldeias abertas até 2019.

Tabela 01: Relação de sítios arqueológicos registrados na TI Zo'é e as categorias de vestígios identificados em cada um deles.

Sítio	Aldeia	Terra Preta	Montículos	Cerâmica	Lítico	Gravuras	Polidor	Capoeira	Abrigo	Lat.	Long.
Japukej	X	X	X	X				X		0°14'34.44"S	55°55'6.41"W
Kirahi Byga Taperet		X	X	X				X		0°14'8.40"S	55°54'50.95"W
Waikyra Taperet		X	X	X				X		0°13'15.18"S	55°53'34.81"W
Pakoty Taperet		X	X	X				X		0°14'12.41"S	55°54'55.76"W
Dybusi Taperet		X		X						0°12'45.82"S	55°55'50.02"W
Towari Abyra Rupa	X	X	X	X				X		0°12'27.00"S	55°56'35.60"W
Apam taperet		X	X	X						0°12'55.58"S	55°58'43.89"W
Waikyra Reproke							X			0°12'31.51"S	55°56'55.14"W
Cachoeira Cajuáú-Muam uhu itu		X		X	X	X	X			0°07.18"S	56°42'1.75"W
Bahira Kusiwet - antropomorfo grande						X	X			0°01'15.5"N	56°5'15.9"W
Cachoeira da Paciência - complexo Bahira Kusiwet						X	X			0°20'56.77"N	56°0'10.16"W
Paciência - Polidor						X				0°20'56.45"N	56°0'28.47"W
Bahira Kusiwet meio do rio						X				0°16'17.09"N	56°8'47.17"W
Bahira Kusiwet 3 figuras						X				0°1'15.70"N	56°5'26.3"W
Bahira Kusiwet geométrico						X				0°0'33.59"N	56°5'5.42"W
Pedra Gravada						X				0°30'57.81"S	56°6'49.03"W
Casa de Pedra				X	X			X		0°18'6.50"S	55°58'7.01"W
Itu polidor							X			0°18'7.81"S	55°56'54.20"W
Tapy'Yj Rupa				X						0°20'6.15"S	56°1'49.65"W
Bahira Kusiwet Máscara						X				0°16'37.57"N	56°8'56.38"W
Polidores							X			Rio Erepecuru	
Bahira Kusiwet2 antropomorfos						X				0°0'39.60"N	56°5'1.13"O
Bahira Kusiwet pedra do acampamento						X				Margem esquerda Erepecuru	
Kejá	X	X		X						0°19'39.24"S	55°50'11.69"W

Terra Preta Itu	X	X	X	X						0°19'14.62"S	55°50'35.60"W
Complexo de Polidores Itu								X		0°19'2.61"S	55°50'32.59"W
Polidor boca do jacaré								X		0°18'26.63"S	55°48'56.88"W
Terra Preta Tawaripy	X	X	X	X						0°15'13.47"S	55°48'32.79"W
Terra Preta Tarakware	X	X	X	X	X					0°12'11.34"S	55°49'2.74"W
Iwara			X	X	X			X		0°9'39.14"S	55°51'37.68"W
Bahira polidores 5								X		0°9'37.45"S	55°43'26.03"W
Bahira polidores 6								X		0°9'37.13"S	55°43'25.67"W
Bahira polidores 4										0°9'36.59"S	55°43'25.40"W
Praia Kare						X				0°9'34.35"S	55°43'18.04"W
Bahira polidores 1						X				0°9'33.90"S	55°43'16.86"W
Bahira polidores 2						X				0°9'33.90"S	55°43'17.16"W
Bahira polidores 3						X				0°9'34.51"S	55°43'17.63"W
Barake Taperet		X	X					X		0°9'39.77"S	55°45'37.84"W

Sobre as gravuras, com as quais nos deparamos na expedição de 2015, Kwa'ĩ também nos deu a seguinte explicação, traduzida e apresentada por Ribeiro (2020:133-134):

*'Bahit ate te kusiwet.* Foram os *Bahit* que desenharam as pedras.' No entanto Kwa'ĩ, na mesma conversa, nos disse que os Zo'é até então não tinham conhecimento dessas gravuras rupestres. *'Dijawuj Sihet abytt kuriri te kusiwet rehe. Bahira kerãj há rehe tenana Zo'é okuha.* O finado Sihet não falou sobre as gravuras escritas nas pedras. Os Zo'é sabiam apenas sobre os arranhões de *Bahit*.'

Sihet é um antigo ancião zo'é, já falecido, e a quem eles atribuem grande parte dos conhecimentos que eles possuem na atualidade. Segundo Ribeiro, a partir do que nos foi relatado, os Zo'é passaram a considerar que as gravuras representam a escrita/desenho (*kusiweha*) de *Bahit*.

Ao longo de nossas caminhadas constatamos também que muitas das aldeias atuais e capoeiras de antigas aldeias zo'é são áreas de terras pretas. Os Zo'é estão ativamente alterando as condições físicas e químicas do solo das imediações de suas casas. A modificação acontece em lixeiras elevadas, que ao longo do processo de descarte do que é processado nas aldeias e das cinzas das fogueiras, que cotidianamente são acesas, vão se transformando em terras pretas. Estas áreas não são exclusivamente lixeiras, mas verdadeiros pontos de cultivo e manejo de plantas que ou são plantadas ou espontaneamente nascem em decorrência do descarte de sementes (figura 04). Além disso, conforme nos explicou os Zo'é e já foi relatado por Braga (2021:47), entre os vários critérios para se escolher o local de abertura de uma nova aldeia, um deles pode ser a presença de terra preta (*ywy byk*). Vistoriei algumas das terras pretas que visitamos em companhia dos Zo'é e alguns dos fragmentos cerâmicos que encontramos, e conjuntamente analisamos, ajudam a pensar na cronologia dos movimentos de reocupar (abrir) estes lugares de antigas aldeias. Os Zo'é classificam com muita precisão o que são cerâmicas zo'é atuais, cerâmicas dos antigos zo'é e cerâmicas que não

são zo'é. Diferenças de pastas, acabamento do lábio, contorno da vasilha e temperos adicionados à argila são facilmente reconhecidos. Muitas das cerâmicas que verificamos, inclusive em um abrigo natural que visitamos, eram cerâmicas não zo'é, elas podem ser tanto mais antigas que a presença deles na região quanto de outros povos com os quais eles estabeleceram relações no passado (*apam* e *tapy'ÿj*) (figura 05).

Figura 4 – Vista parcial de uma das elevações formadas pelo descarte doméstico (montículo).



Na foto é possível observar o pleno uso como área de descarte e ao mesmo tempo o crescimento/cultivo de plantas (batata doce e banana visíveis na foto). Aldeia Tarakware, foto de Raoni Valle, 2013.

Figura 5 – Cerâmica dos antigos zo'é encontrada na capoeira Iwiara.



Foto de Claide Moraes, 2013.

Encontramos também lâminas de machado de pedra, tanto nas capoeiras, quanto em uso atual pelos Zo'ê. Este é um artefato para o qual os Zo'ê não atribuem uma feitura por uma categoria convencional de humanos. Segundo ouvimos dos Zo'ê e relatado por Ribeiro (2020), as lâminas são o pênis de *Anã* (*Anã ruwaj*). *Anã* atira essas lâminas do céu, os Zo'ê possuem sensibilidade sensorial para escutá-las e coletá-las para encabar e reutilizar. Kwa'ĩ, no entanto, diante de uma das marcas de polidores que encontramos, nos descreveu detalhadamente também como os Zo'ê reavivavam o gume dessas lâminas nos mesmos locais onde encontrávamos as marcas de *Bahit*.

Em uma das aldeias, numa praia e no abrigo natural que visitamos, encontramos algumas lascas de quartzo. Deste material os Zo'ê não tinham nenhum conhecimento técnico ou explicação para sua existência. É provável que essas peças tenham uma cronologia mais antiga e que o lascamento não faça parte das técnicas de construção de ferramentas alcançada pelos saberes transmitidos para os Zo'ê.

Outro achado importante de nossas expedições foi a realocização das gravuras, terra preta e cerâmicas do sítio Cachoeira Cajuaçu, chamada pelos Zo'ê de Muam uhu itu (figuras 06) – sítio implantado na margem esquerda do Erepecuru, identificado por Frikel e cuja cerâmica foi analisada por Hilbert (1982) como mencionamos anteriormente. Vendo as cerâmicas que encontramos em superfície, os Zo'ê concordaram que não se tratava de cerâmica zo'ê. Se a interpretação de Hilbert estiver correta, juntamente com evidências do rio Trombetas, este seria um dos sítios mais a oeste para a ocorrência de cerâmica Koriabo na Amazônia Brasileira. A antiguidade e continuidade da permanência deste estilo na região é matéria de muita discussão, no entanto, Stephain Rostain (2020) sugere que as ocupações responsáveis pela manufatura destas cerâmicas estariam datadas num intervalo entre os séculos V e XVIII. Ainda segundo Rostain (2020), o estilo cerâmico, alguns sítios onde elas ocorrem e a cronologia destas ocorrências associadas com dados históricos permitiriam dizer que elas estão relacionadas às ocupações de diversos grupos de línguas caribe.

Figura 6 – Fragmentos de cerâmica não zo'ê, possivelmente cerâmica Koriabo, encontradas na Terra Preta Cajuaçu.



Foto Claide Moraes, 2015.

## **6. A materialidade dos dados iniciais, as redes de relações, as continuidades históricas e a dicotomia entre várzea e terra firme.**

Conforme descreve Ribeiro (2020) e Ribeiro et al. (no prelo), a perspectiva de diálogo entre arqueologia, antropologia e conhecimento indígena precisa desafiar abordagens que entendem modos de vida ameríndios contemporâneos como consequência da escassez de recursos e/ou do impacto da colonização, e no caso dos Zo'ê, desconstruir a ideia de representantes da pré-história ou de selvagens perdidos no paraíso, como se representassem um passado estático congelado no presente.

Seguindo a concepção braudeliana da arqueologia como parceira da história para acessar a *longue durée* (Braudel 1990) estamos entendendo a arqueologia conectada com o presente indígena como uma forma de desconstruir essa ideia da colonização como um evento (um meteoro que caiu, acabou com a pré-história, rompeu e inaugurou a história), para entendê-la como um processo (Bueno 2019), inacabado e em curso nos últimos seis séculos, produzindo contínua violência e expropriação, mas também produzindo resistência, ação política e ativa transformação dos

lugares (Ribeiro et al. no prelo; Sztutman 2012).

Seguir uma perspectiva de arqueologia considerando também a paisagem, ou o que Willian Balée (Balée 2010; Balée e Erickson 2006) define como ecologia histórica, e ainda, o que Joana Cabral de Oliveira (2022) define como as “temporalidades vegetais” inseridas nas trajetórias de coletivos e pessoas, nos permite falar de tempos mais profundos da história indígena. Dados já conhecidos pela arqueologia demonstram que na margem norte do rio Amazonas, mais de 10 mil anos atrás, os povos que ocuparam a Caverna da Pedra Pintada já estavam manejando e consumindo a castanha (Shock e Moraes, 2019). Quando discutimos com os Zo’é sobre a importância da castanha na vida e na dieta do grupo; quando falamos dos castanhais; dos donos das castanheiras; do tempo de algumas dessas árvores em relação ao tempo da vida de alguns personagens importantes das trajetórias zo’é; da relação dos castanhais com capoeiras antigas, terras pretas (para a arqueologia sítios arqueológicos); iniciamos um processo que pode nos ajudar a falar de uma história indígena de longa duração.

Pensar nas temporalidades vegetais e na trajetória da castanha então nos permite falar do papel dos Zo’é numa história de construção e manutenção de uma paisagem na longa duração. O trabalho de Ricard Scholes (2011) demonstra que existem castanheiras com idade acima dos 500 anos. Além disso, mostra também que a proliferação de novos indivíduos está intimamente ligada aos distúrbios causados pelas populações humanas. Tentando fazer um paralelo com a noção zo’é dos múltiplos *tekoha* no território (Franco-Moraes et al.2023), o *tekoha* da castanheira perpassaria várias gerações de indivíduos.

Alguns dos lugares que identificamos como tendo ocorrências de vestígios de ocupações antigas são também pontos de aldeias atuais, roças ou lugares frequentados pelos Zo’é. Outros pontos com marcas permanentes são reconhecidos também como locais frequentados pelos outros povos com os quais os Zo’é mantiveram relações (quilombolas, antigos *kirahi*, *apam* e *tapy’yj*). Estas conexões mostram que o que classificamos como sítios arqueológicos são lugares persistentes e importantes para a construção da história dos Zo’é e dos vários outros indivíduos (naturais e sobrenaturais) que atuam nos diferentes estágios da construção dos *tekoha* na porção de território que eles ocupam.



Quando os primeiros europeus desceram o rio Amazonas relataram grandes assentamentos e mencionaram a presença de estradas de longa distância conectando as localidades ribeirinhas com sítios do interior (Carvajal 1542 [1942]). Os relatos fantasiosos correlacionando essas menções com a presença de grandes cidades repletas de ouro fizeram os pesquisadores que se debruçaram sobre as informações do passado da Amazônia desacreditarem da veracidade das mesmas (Meggers 1971).

Em uma pesquisa com os recém contatados Wai Wai, Evans e Meggers (1955) e posteriormente Meggers (1971) consideraram que eles eram originários das cabeceiras dos tributários da margem norte do rio Amazonas e que seriam típicos representantes de um padrão de ocupação exclusivo da terra firme. Em 2017, Jaime Xamen Wai Wai fez uma pesquisa apresentando imagens de cerâmicas típicas das ocupações ribeirinhas do oeste do Pará (Tapajônica, Konduri e Pocó) para anciões de diferentes aldeias no rio Mapuera. Os resultados das entrevistas mostraram que, para os anciões, aquelas eram evidências de quando os Wai Wai ocupavam também os sítios próximos do rio Amazonas. Um tempo narrado como época em que os Wai Wai frequentavam praias dos grandes rios em busca de tartarugas e ovos. As cerâmicas decoradas foram interpretadas como associadas aos artefatos pertencentes aos antigos pajés (Wai Wai 2017).

Dados arqueológicos de uma pesquisa conduzida por Vera Guapindaia na região do rio Trombetas, também corroboram as constatações de Wai Wai (2017). Esta é uma das áreas mais bem conhecidas pela arqueologia do baixo Amazonas, com 120 sítios identificados e alguns sítios estudados em maior detalhe. As conclusões da pesquisa sugerem que, pelo menos, nos últimos 3 mil anos as ocupações conectaram em rede sítios de diferentes compartimentos da passagem em áreas ribeirinhas e de interflúvio (Guapindaia e Lopes 2012).

Estes dados e o mapeamento das atividades, com os Zo'é e em sua Terra Indígena, permitem refutar a ideia de que os povos indígenas só ocupam a terra firme como resultado da colonização das áreas ribeirinhas e abre várias possibilidades de dialogarmos com trabalhos que vêm analisando dados, projetando modelos e postulando interpretações sobre a história da presença indígena na Amazônia.

Os caminhos que conectam as atuais aldeias e os lugares que visitamos, os recursos manejados ao longo destes trajetos, as conexões históricas e de memória que os Zo'é tecem sobre estes lugares mostram que o que somos capazes de registrar como vestígios materiais da presença indígena são parcelas muito pequenas da vivência destes lugares. Os Zo'é nestas regiões de cabeceiras estão dando continuidade à uma estratégia milenar de ocupação destes lugares. Continuidade, no entanto, não significa que eles estão estacionados na história: inovações tecnológicas, trocas e invenções estão presentes em todos os momentos que pudemos registrar. Abrigos, terras pretas, gravuras rupestres e oficinas de polimento demonstram uma paisagem expressivamente marcada pela ação indígena (figuras 07 e 08). A amplitude de ações que transformam os lugares frequentados, mas que deixam efêmeros registros visíveis para a posteridade, mostra que uma modelagem que pretenda alcançar e medir o impacto destas ações precisa criar parâmetros para medir as ações atuais e projetá-las num passado, pensando que onde hoje existem barreiras e fronteiras de Terras Indígenas, antes existiam caminhos e redes de relações que fizeram ideias, pessoas e coisas circularem por milhares de quilômetros. A arqueologia vem mostrando que os povos indígenas estão presentes em várias partes da Amazônia há mais de 12 mil anos (Roosevelt et al. 1996; Magalhães, 2016; Morcote-Rios et al. 2021; Pereira e Moraes 2019). Se projetarmos as ações desenvolvidas pelos Zo'é numa escala de tempo dos 12 mil anos de ocupação, mesmo sendo uma população esparsa a ocupar o interflúvio, o cenário provável é de uma intensa domesticação da paisagem.

Estudos mais detalhados ainda precisam ser desenvolvidos, mas a quantidade de oficinas de polimento presentes na área da TI Zo'é mostra que esta foi uma importante zona de produção de ferramentas líticas polidas. Informações assim são importantes para pensarmos na conectividade entre as estratégias de ocupação entre áreas de várzea e terra firme, uma vez que as várzeas são reconhecidamente locais com escassez, tanto de matéria prima para as lâminas, quanto de suportes para a confecção das mesmas.

Figura 07: Gravuras rupestres registradas na Cachoeira da Paciência, rio Erepecuru.



Foto Claide Moraes, 2015

Figura 08: Oficina de polimento em afloramento de granito.



Foto Claide Moraes, 2013.

Não é possível pensar que existam fronteiras rígidas entre as populações ribeirinhas e da terra firme. Faz mais sentido pensar que as extensas redes de relações demonstradas nas etnografias das Guianas (cf. Gallois 2005) apresentam antecedentes no passado, inclusive em áreas mais amplas,

quando não existiam os não indígenas no meio dos caminhos.

O mapa da distribuição das evidências da expansão Koriabo (possivelmente com uma matriz Caribe), apresentado em Barreto et al. (2020) demonstra uma vasta extensão territorial entre ilhas Caribenhas, o norte da Amazônia (incluindo a área da Terra Indígena Zo'é), e ambas as margens do baixo Amazonas. Lorena Garcia (2020) na mesma publicação, estudando sítios e conjuntos cerâmicos no médio e baixo Xingu, em contexto de ocupações Asurini, Arara e Juruna, mostra como na longa duração os hibridismos entre estilo Koriabo e Tupi identificados nas cerâmicas podem demonstrar que no passado poderia haver mais inserções nestas redes de relações. Nessa perspectiva da longa duração, considerando a hipótese de Gallois (1986) sobre a trajetória Wajãpi e Zo'é desde as missões nas proximidades da foz do rio Xingu nos séculos XVII e XVIII, o movimento que estes coletivos fizeram rumo ao norte pode ser pensado não só como um movimento de penetração num “mundo caribe desconhecido”, mas também como a retomada de caminhos e redes de relações que envolviam tupis e caribes em redes de relações operantes em ambas as margens do rio Amazonas.

## 7. Considerações Finais

Mesmo sendo poucos os dados conhecidos no interflúvio, as áreas de dispersão de conjuntos cerâmicos como os da tradição Pocó, ou a recente constatação da distribuição da cerâmica Koriabo pela Amazônia dão um pouco da dimensão destas redes antigas e dos processos de continuidade até o presente. São informações importantes para pensar que não faz sentido imaginar que a presença dos europeus fechou o ciclo de uma pré-história de civilizações perdidas e inaugurou a história onde povos degenerados precisam abrir caminho para o progresso.

Os Zo'é estão sempre num movimento de zoneamento de recursos (Braga et al 2020). A busca e zoneamento de recursos os leva, e nós que os acompanhamos, para lugares ancestrais, paisagens manejadas (construídas), lugares persistentes, sítios arqueológicos. Nesse sentido, nossas “prospecções” encontram muitos objetivos comuns. A experiência de visitar as gravuras do rio Erepecuru mostra que podemos ajudar a acrescentar camadas de histórias nesses lugares persistentes.

Como mencionado no início do texto, chego aqui nas palavras finais com mais condições de mostrar para os não indígenas como os Zo'é

contribuem para a arqueologia e para a Amazônia. Preciso avançar mais no diálogo direto com eles para saber quais impactos minha presença e minhas questões já produziram, além de trazer questões colocadas pelos Zo'é na arqueologia que desenvolvo e, principalmente, como contribuir de forma efetiva para as suas demandas.

De qualquer maneira, demonstrar esse processo de continuidade e manejo milenar reforça a voz de povos nativos da Amazônia que, com o conhecimento acumulado, há muito vêm alertando para o fato de que a floresta em pé é a melhor estratégia econômica para a região. *Experts* em estudos sobre mudanças climáticas mostram esta mesma importância em uma escala local, regional e global. Como arqueólogo posso afirmar que nossos dados corroboram esta perspectiva, e que não é necessário que a Amazônia esteja vazia para que isso aconteça. Ao contrário, a ação ameríndia milenar e continuada é a responsável por sua configuração e manutenção. A ciência e as políticas públicas para a Amazônia precisam se aproximar destes conhecimentos não só com a perspectiva de que eles são importantes para as populações nativas, mas para um modelo de futuro e uso dos recursos reconhecidamente mais sábio que as propostas desenvolvimentistas ou preservacionistas atuais.

## Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos Zo'é. Os dias de convivência foram de experiências e reflexões que são para mudar a vida. Laura, Leonardo e Cangussu pela oportunidade de participar do dossiê. Fabio Ribeiro me deu a oportunidade de conhecer os Zo'é e, desde então, tem sido um parceiro de muitas reflexões. Dominique Tilkin Gallois que me acompanhou durante um estágio pós-doutoral na Universidade de São Paulo. A solidão e o medo durante o isolamento decorrente da pandemia de COVID ficaram menos angustiantes em função de nossas conversas e o compartilhamento de uma disciplina no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da USP, momento em que algumas das ideias aqui apresentadas foram amadurecidas. Agradeço também Mariana Cabral e, mais uma vez, Leonardo pela avaliação da primeira versão do texto, sugestões, críticas e comentários, importantes para este trabalho e para a continuidade da arqueologia que quero fazer. Ney Rafael Monteiro e Eduardo Tamanaha pela construção dos mapas. Guilherme Siviero pelos dados do mapa da TI Zo'é. Bruna Rocha pela tradução do resumo. Raoni Valle pela foto da figura 4 e companhia no

campo. Anne Rapp Py-Daniel e meu filho Rafael (Word não salva!) pela leitura e comentários do texto.

## Referências

- Balée, William. 2010. Contingent diversity on anthropic landscapes. *Diversity*, 2(2), 163-181.
- Balée, William; Erickson, Clark. 2006. *Time and Complexity in Historical Ecology: Studies in the Neotropical Lowlands*. New York: Columbia Univ. Press.
- Barreto, Cristiana; Hofman, Corinne; Pinto Lima, Helena; Rostain, Stephen (eds). 2020. *Koriabo, from the Caribbean sea to the Amazon river*. Museu Goeldi/Leiden University.
- Braga, Leonardo Viana. 2017. *Pani'em: um esboço sobre os modos de saber entre os Zo'é* (dissertação de mestrado), Universidade de São Paulo.
- Braga, Leonardo Viana. 2021. *Eremi'u rupa. Abrindo roças*. 1. ed. São Paulo: Série Saberes Zo'é - Iepé, FPEC/Funai & Fundo de Artesanato Zo'é (FAZ), v. 2. 189p.
- Braga, Leonardo Viana; Pedreira, Hugo; Cabalzar, Flora Dias. 2020. “Fazer saber a própria terra”. In: Nelson Russo de Moraes; Leila Adriana Baptaglin; Lamounier Erthal Vilella; Alexandre de Castro Campos; Raoni Fernandes Azerêdo. (Org.). *Povos originários e comunidades tradicionais: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária*. 1ed. Porto Alegre: Fi, v. 4, p. 133-165.
- Braudel, Fernand. 1990. *História e Ciências Sociais*. Trad. Rui Nazaré. Lisboa: Presença.
- Brochado, José Proenza. 1984. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*. Tese de doutorado. University of Illinois.
- Bueno, Lucas. 2019. “Arqueologia do povoamento inicial da América ou História Antiga da América: quão antigo pode ser um ‘Novo Mundo’?”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 14, 477-496.
- Bush, Mark.; McMichael, Cristal; Piperno, Dolores.; Silman, M. R.; Barlow, J.; Peres, Carlos; Palace, Michael. 2015. “Anthropogenic influence on Amazonian forests in pre-history: an ecological perspective”. *Journal of*

- Biogeography*, 42(12), 2277-2288.
- Cabral de Oliveira, Joana. 2022. “Temporalidades Vegetais: Ciclos de vida, maturação e morte em uma etnografia Ameríndia”. *Maloca: Revista de Estudos Indígenas*, 5, e022007-e022007.
- Carvajal, Gaspar. (1542 [1942]) *Relación del nuevo descubrimiento del famoso Río Grande que descubrió por muy gran ventura el capitán Francisco de Orellana*. Traduzido por Oviedo e Medina e por Raul Reyes y Reyes. Quito: Biblioteca Amazonas I.
- Clement, Charles Roland; Denevan, William; Heckenberger, Michael; Junqueira, André Braga; Neves, Eduardo Góes; Teixeira, Wenceslau.; Woods, William. 2015. “The domestication of Amazonia before European conquest”. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences*, 282(1812), 20150813.
- Clement, Charles Roland; Cassino, Mariana. 2020. “Landscape domestication and archaeology”. *Encyclopedia of global archaeology*, 6431-6438.
- Chirinos, Ricardo. 2021. “Las aldeas circulares tempranas en la Amazonía central. El sitio Osvaldo, un asentamiento afiliado a la Tradición Barrancoide/Fase Manacapuru”. *Boletín Antropológico - Num 102 - Vol 2*. <https://doi.org/10.53766/BA/2021.02.102.02>
- Evans, Clifford. 1967. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas PRONAPA*. Washington DC: CNP/Smithsonian Institution.
- Evans, Clifford; Meggers, Betty Jane. 1950. “Preliminary results of archaeological investigations at the mouth of the Amazon”. *American Antiquity*, 16(1), 1-9.
- Evans, Clifford; Meggers, Betty Jane. 1955. “Life among the Wai Wai Indians”. *National geographic*, 107(3), 329-346.
- Evans, Clifford; Meggers, Betty Jane. 1968. *Archaeological investigations on the rio Napo, eastern Ecuador*. (Smithsonian Contributions to Anthropology, Vol. 6).
- Franco-Moraes, Juliano.; Braga, Leonardo Viana; Clemente, Charles Roland. 2023. “The Zo'é perspective on what scientists call ‘forest management’ and its implications for floristic diversity and biocultural conservation”. *Ecology and Society*, 27 (1): 1-32.
- Furquim, Laura Pereira; Watling, Jeniffer; Hilbert, Lautaro; Shock, Myrtle; Prestes-Carneiro, Gabriela; Calo, Cristina; Rapp Py-Daniel, Anne; Brandão,

- Kelly.; Pugliese, Francisco; Zimpel, Carlos. Augusto.; Silva, Carlos. Augusto.; Neves, Eduardo Góes. 2021. “Facing Change through Diversity: Resilience and Diversification of Plant Management Strategies during the Mid to Late Holocene Transition at the Monte Castelo Shellmound, SW Amazonia”. *Quaternary*, v. 4, p. 8.
- Gallois, Dominique Tilkin. 1986. *Migração, Guerra e Comércio: os Waiãpi na Guiana*. São Paulo: FFLCH/USP.
- Gallois, Dominique Tilkin. 2005. (org.) *Redes de Relações nas Guianas*. 1 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, v. 1, 328 p.
- Gallois, Dominique Tilkin. 2013. “Zo’ê”. In: Rogerio Assis. (Org.) *Zo’ê*. 1ed. São Paulo: Terceiro Nome, v. 1, p. 16-21.
- Gallois, Dominique Tilkin; Grupioni Luis Donisete Benzi. 1989. Visita na AI Cuminapanema/Urukuriana. *Primeiro Relatório da Pesquisa Etnológica entre os Tupi do Cuminapanema*. Departamento de Antropologia/USP: São Paulo, 1989.
- Gallois, Dominique Tilkin; Grupioni Luis Donisete Benzi. 1999. “O índio na missão Novas Tribos”. In: Wright. Robin (org.) *Transformando os deuses: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil*. Campinas: Unicamp, 77-129.
- Gallois, Dominique Tilkin; Havt, Nadja Bindá. 1998. *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Zo’ê*. Brasília:DAF/FUNAI.
- Garcia, Lorena. 2020. “Tupi-Carib Histories in the Middle-Lower Xingu”. C. Barreto, H. Lima, S. Rostain & C. Hofman, *Koriabo: From Caribbean Sea to the Amazon River*, Museu Goeldi/Leiden University, 227-244.
- Glaser, Bruno; Birk, Jago. .2012. State of the scientific knowledge on properties and genesis of Anthropogenic Dark Earths in Central Amazonia (terra preta de Índio). *Geochimica et Cosmochimica acta*, 82, 39-51.
- Guapindaia, Vera L. C. 2008. Além da margem do rio-a ocupação Konduri e Pocó na região de Porto Trombetas, PA (*Tese de Doutorado*), Universidade de São Paulo.
- Guapindaia, Vera L. C.; Lopes, Daniel. 2012. “Estudos Arqueológicos na Região de Porto Trombetas, PA”. In: *Revista de Arqueologia, Sociedade de Arqueologia Brasileira*, v. 24, p. 50-73.
- Guapindaia, Vera L. C.; Fonseca Júnior, João Ayres. 2013. “Metodologia de



- delimitação no sítio arqueológico Cipoal do Araticum na região do rio Trombetas, Pará, Brasil”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 8, 657-673.
- Havt, Nadja Bindá. 2001. *Representações do Ambiente e da Territorialidade entre os Zo'é/PA*. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social). São Paulo, PPGAS/USP.
- Hilbert Peter P. 1982. “Pottery from the Cuminá River, Brazil, and its affiliation with the Koriabo Phase of Guyana”. *Journal of Archaeology and Anthropology* 5(1-2):75-82.
- Iepé, Instituto de Pesquisa e Formação Indígena; FPEC, Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema. 2019. *Jo'é rekoha bokituteha ram. Planejando como vamos continuar vivendo bem no futuro. Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Zo'é*. 1. ed. São Paulo: Iepé, v. 1, 136p.
- Jacome, Camila. P. 2017. *Dos Waiwai aos Pooco-Fragmentos de história e arqueologia das gentes dos rios Mapuera (Mawtohrî), Cachorro (Katxuru) e Trombetas (Kahu)*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- Lathrap, Donald. W. 1970. *The upper amazon* (Vol. 70). New York: Praeger Publishers.
- Levis, Carolina; Flores, Bernardo., Moreira, Priscila Ambrosio; Luize, Bruno.; Alves, R. P.; Franco-Moraes, Juliano; Clement, Charles Roland. 2018. “How people domesticated Amazonian forests”. *Frontiers in Ecology and Evolution*, 5, 171.
- Magalhães, Marcos P. (Org.). 2016. *Amazônia antropogênica* Belém: MPEG.
- McMichael, Cristal; Piperno, Dolores; Bush, Mark; Silman, Miles; Zimmerman A.; Raczka M.; Lobato L. (2012) Sparse pre-Columbian human habitation in western Amazonia. *Science* 336, 1429–1431. (doi:10.1126/science.1219982).
- McMichael, Cristal; Palace, Michael; Bush, Mark; Braswell, B; Hagen, S.; Neves, Eduardo Góes; ...; Czarnecki, C. (2014). Predicting pre-Columbian anthropogenic soils in Amazonia. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences*, 281(1777), 20132475.
- McMichael, Cristal. N., Matthews-Bird, F., Farfan-Rios, W., & Feeley, K. J. (2017). Ancient human disturbances may be skewing our understanding of Amazonian forests. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 114(3), 522-527.

- McMichael, Cristal. H., Feeley, K. J., Dick, C. W., Piperno, Dolores. R., & Bush, Mark. (2017b). Comment on “Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition”. *Science*, 358(6361). doi:10.1126/science.aam9035pmid:28473586
- Martius, Karl Friedrich Von. 1982. *O estado de direito entre os autóctones do Brasil* [1832]. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia.
- Meggers, Betty Jane. 1948. “The Archaeology of the Amazon Basin”. In: Steward, Julian (org.) *Handbook of South American Indians. Bulletin, Bureau of American Ethnology*, No. 143, Vol. 3, pp. 149–66. Washington.
- Meggers, Betty Jane. 1971. *Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise*. Chicago: Aldine.
- Meggers, Betty Jane; Evans, Clifford. 1961. “An experimental formulation of horizon styles in the tropical forest area of South America”. In: Lothrop, S. (ed.). *Essays in Pre Columbian Art and Archaeology*, Cambridge: Harvard University Press: 372-388.
- Moraes, Claide de Paula. 2015. “O determinismo agrícola na arqueologia amazônica”. *Estudos avançados*, 29, 25-43.
- Morcote-Ríos, G.; Aceituno, Javier.; Iriarte, José; Robinson, Mark.; Chaparro-Cárdenas, Jeison. (2021). “Colonisation and early peopling of the Colombian Amazon during the Late Pleistocene and the Early Holocene: new evidence from La Serranía La Lindosa”. *Quaternary International*, 578, 5-19.
- Neves, Eduardo Góes. 2022. *Sob os Tempos do Equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central*. Ubu Editora.
- Neves, Eduardo Góes; Guapindaia, Vera. L.; Lima, Helena Pinto; Costa, Bernardo; Gomes, Jaqueline. 2014. “A tradição Pocó-Açutuba e os primeiros sinais visíveis de modificações de paisagens na calha do Amazonas”. *Amazonia memorias de las conferencias magistrales del 3er Encuentro Internacional de Arqueologia Amazónica*, 137-158.
- Netto, Ladislau .1870. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional, acompanhado de uma breve notícia de suas coleções e publicadas por ordem do Ministério de Agricultura*. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221729>
- Noelli, Francisco S.; Ferreira, Lúcio. 2007. “A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 14, 1239-1264.

- Pereira, Edithe. 2004. *Arte rupestre na Amazônia*. Museu Paraense Emílio Goeldi. São Paulo: UNESP.
- Pereira, Edithe; Moraes, Claide de Paula. 2019. “A cronologia das pinturas rupestres da Caverna da Pedra Pintada, Monte Alegre, Pará: revisão histórica e novos dados”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 14, n. 2, p. 327-342.
- Piperno, Dolores; McMichael, Cristal; Bush, Mark. 2015. “Amazonia and the Anthropocene: What was the spatial extent and intensity of human landscape modification in the Amazon Basin at the end of prehistory?”. *The Holocene*, v. 25, n. 10, p. 1588-1597.
- Piperno, Dolores, McMichael, Cristal.; Bush, Mark. 2017. “Further evidence for localized, short-term anthropogenic forest alterations across pre-Columbian Amazonia”. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 114(21), E4118-E4119.
- Piperno, D. R.; McMichael, C. H.; Pitman, N. C.; Andino, J. E. G.; Paredes, M. R.; Heijink, B. M.; Torres-Montenegro, L. A. 2021. “A 5.000-year vegetation and fire history for tierra firme forests in the Medio Putumayo-Algodón watersheds, northeastern Peru”. *Proceedings of the National Academy of Sciences*.
- Ramos, Bernardo. 1930. *Inscrições e tradições da América pré-histórica, especialmente do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- Ribeiro, Fábio A. N. 2020. *Encontros Zo'ê nas Guianas*. Tese de doutorado (Antropologia Social). São Paulo, PPGAS/USP.
- Ribeiro, Fábio A. N.; Moraes, Claide de Paula; Valle, Raoni. B. M. 2023. “Through Zo'ê paths and capoeiras: networks of relations in the Guianas and the “sparse population” question”. In: Colonese & Milheira (Org). *Historical Ecology and Landscape Archaeology in lowland South America*. Springer.
- Riris, Philip; Arroyo-Kalin, Manuel. 2019. “Widespread population decline in South America correlates with mid-Holocene climate change”. *Scientific reports*, 9(1), 1-10.
- Roosevelt, Ana C. 1991. *Moundbuilders of the Amazon: geophysical archaeology on Marajo Island, Brazil*. San Diego: Academic Press.
- Roosevelt, Ana C. 1992. “Arqueologia amazônica”. In: CUNHA, M. C. da. (Org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, p.53-86.
- Roosevelt, Anna; Costa, Marcondes; Machado, Cristiane; Michab, M.;

- Mercier, N.; Valladas, H.; Feathers, James.; Barnett, W. K.; Silveira, Maura; Henderson, A.; Silva, J.; Chernoff, B.; Reese, D. S.; Holman, J. A.; Toth, N.; Schick, K. 1996. "Paleoindian Cave Dwellers in the Amazon: the peopling of the Americas". *Science*, Washington, v. 272, n. 5260, p. 373-384. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.272.5260.373>.
- Roosevelt, Ana. C.; Housley, R. A.; Imazio da Silveira, M.; Maranca, S.; Johnson, R. 1991. "Eighth millennium pottery from a prehistoric shell midden in the Brazilian Amazon". *Science*, 254(5038), 1621-1624.
- Rostain, Stephen. 2020. "Koriabo Pottery In The Guianas". C. Barreto, H. Lima, S. Rostain & C. Hofman, *Koriabo: From Caribbean Sea to the Amazon River*, Museu Goeldi/Leiden University. 55-79.
- Scholes, Ricard. 2011. "Do rio Madeira ao rio Trombetas: novas evidências ecológicas e históricas da origem antrópica dos castanhais amazônicos". In: *Novos Cadernos do NAEA*, v. 14, n. 2, p. 265-282.
- Silva, Lucas; Corrêa, Rodrigo; Wright, Jamie; Bomfim, Barbara; Hendricks, Lauren; Gavin, Daniel, ... ; Santos, Roberto. 2021. "A new hypothesis for the origin of Amazonian Dark Earths". *Nature communications*, 12(1), 1-11.
- Schmidt, Morgan J.; Py-Daniel, Anne. R.; Moraes, Claide de Paula; Valle, Raoni. B.; Caromano, Caroline; Texeira, Wenceslau, ... & Heckenberger, Michael. 2014. "Dark earths and the human built landscape in Amazonia: a widespread pattern of anthrosol formation". *Journal of archaeological science*, 42, 152-165.
- Shock, Myrtle P.; Moraes, Claide de Paula. 2019. "A floresta é o domus: a importância das evidências arqueobotânicas e arqueológicas das ocupações humanas amazônicas na transição Pleistoceno/Holoceno". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 14, 263-289.
- Shock, Myrtle P.; Watling, Jennifer. 2022. "Plantes et peuplement: questions et enjeux relatifs à la manipulation et à la domestication de végétaux au Pléistocène final et à l'Holocène initial au Brésil et en Amazonie". *Brésil(s) - sciences humaines et sociales*, v. 1, p. 1.
- Souza, J. G.; Robinson, M.; Maezumi, S. Y.; Capriles, J.; Hoggarth, J. A.; Lombardo, U.; ... & Iriarte, José. 2019. "Climate change and cultural resilience in late pre-Columbian Amazonia". *Nature ecology & evolution*, 3(7), 1007-1017.
- Steward, Julian H. 1948. *Handbook of South American Indians: the tropical forest tribes* (Vol. 143). US Government Printing Office.

Sztutman, Renato. 2012. *O profeta e o principal: a ação política ameríndia e seus personagens* (tese de Doutorado), Universidade de São Paulo.

Wai Wai, Jaime Xamen. 2017. *Levantamento etnoarqueológico sobre a cerâmica Konduri e ocupação dos Wai Wai na região da Terra Indígena Trombetas Mapuera (Pará, Brasil)*. (Monografia) Universidade Federal de Oeste do Pará, Santarém, Pará, Brasil.

Watling, Jennifer; Almeida, Fernando Ozório; Kater, Thiago; Zuse, Silvana.; Shock, Myrtle P.; Mongeló, Guilherme; Bespalez, Eduardo. ; Santi, Juliana. ; Neves, Eduardo Góes. 2020. “Arqueobotânica de ocupações ceramistas na Cachoeira do Teotônio”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas*, v. 15, p. e20190075.

Watling, Jennifer; Iriarte, José; Mayle, Francis.; Schaan, Denise; Pessenda, Luiz; Loader, Neil.; Street-Perrott, F. Alayne.; Dickau, Ruty; Damasceno, Antonia.; Ranzi, Alceu. 2017. “Impact of pre-Columbian “geoglyph” builders on Amazonian forests”. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, Washington, v. 114, n. 8, p. 1868- 1873. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.1614359114>.

Watling, Jennifer; Shock, Myrtle P.; Mongeló, Guilherme; Almeida, Fernando Ozório; Kater, Thiago; Oliveira, Paulo; Neves, Eduardo Góes. (2018) Direct archaeological evidence for Southwestern Amazonia as an early plant domestication and food production centre. *PLoS One*, São Francisco, v. 13, n. 7, p. e0199868. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0199868>.

Woods, W. I.; Glaser, B. 2004. “Towards an understanding of Amazonian Dark earths”. In: *Amazonian dark earths: explorations in space and time* (pp. 1-8). Springer, Berlin, Heidelberg.

Zedeño, María Nieves; Bowser, Brenda J. 2009. “The archaeology of meaningful places”. In: Bowser, Brenda J.; Zedeño, María Nieves (org.). *The archaeology of meaningful places*. Salt Lake City, The University of Utah Press, pp. 1-14.

<https://sites.google.com/view/amazonarch?pli=1>